

A VENEZUELA COMO DESAFIO DIPLOMÁTICO PARA O BRASIL DE LULA 3**Venezuela as a Diplomatic Challenge for Brazil in Lula's Third Term****CAROLINA SILVA PEDROSO** | carolina.pedroso@unifesp.br |

Professora do Departamento de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (EPPEN-Unifesp)

MARSÍLEA GOMBATA | mgombata@faap.br |

Professora de Relações Internacionais do Centro Universitário Armando Álvares Penteado (FAAP) e pesquisadora do Centro de Pesquisa em Relações Internacionais (NUPRI/USP)

Recebimento do Artigo: Julho de 2024 **Aceite:** Setembro de 2024

Resumo: O retorno de Lula à presidência da República em 2023 veio acompanhado de expectativas quanto ao reposicionamento internacional do Brasil após as rupturas promovidas pelos seus antecessores, especialmente Jair Bolsonaro. Contudo, diferentemente de sua primeira eleição, em 2002, o líder petista tem enfrentado condições internas e externas mais adversas para empreender uma política externa ativa e assertiva, com destaque para o desafio diplomático representado pela Venezuela. O país sul-americano tem sido fonte de problemas regionais diante de um cenário de piora do quadro social, econômico, político e democrático, incorrendo em riscos políticos a quem apoia seu líder, Nicolás Maduro. Sendo assim, o objetivo desse artigo é analisar como o Brasil, sob Lula 3, tem lidado com essa dificuldade, tendo em vista o histórico das relações bilaterais e as implicações concretas do endosso dado pelo presidente brasileiro ao venezuelano para sua ação regional e internacional. Por meio de revisão da bibliografia, análise histórico-factual e da conjuntura, serão levantadas questões para refletir sobre como a questão venezuelana pode impactar a retomada de uma política externa brasileira mais alto perfil.

Palavras-chave: Política externa brasileira, Lula 3, Venezuela, desafio diplomático, democracia.

Abstract: Lula's return to the presidency of the Republic in 2023 was accompanied by expectations regarding Brazil's international repositioning after the ruptures promoted by his predecessors, especially Jair Bolsonaro. However, unlike his first election, in 2002, the PT leader has faced more adverse internal and external conditions to undertake an active and assertive foreign policy, with emphasis on the diplomatic challenge represented by Venezuela. The South American country has been a source of regional problems in the face of a scenario of worsening social, economic, political, and democratic conditions, incurring political risks for those who support its leader, Nicolás Maduro. Therefore, the objective of this article is to analyze how Brazil, under Lula 3, has dealt with this difficulty, in view of the history of bilateral relations and the concrete implications of the endorsement given by the Brazilian president to the Venezuelan for his regional and international action. Through a review of the bibliography, historical-factual and the analysis of the conjuncture, questions will be raised to reflect on how the Venezuelan issue can impact the resumption of a higher profile Brazilian foreign policy.

Keywords: Brazilian foreign policy, Lula 3, Venezuela, diplomatic challenge, democracy.

1. INTRODUÇÃO

Uma América do Sul próspera, unida e estável. Essas palavras, que fizeram parte do discurso de posse de Luiz Inácio Lula da Silva em janeiro de 2003, deram o tom dos anseios de política externa dos oito anos que se seguiram. A ideia de América do Sul na política externa “ativa e altiva” dos governos do PT significou muito mais a construção de uma entidade política e econômica específica do que um mero recorte geográfico (Frenkel; Barceló, 2023, p. 25).

Fortemente influenciada pela tríade Celso Amorim (chanceler), Samuel Pinheiro Guimarães (secretário-geral do Itamaraty) e Marco Aurélio Garcia (assessor especial da presidência para assuntos internacionais), a posição do Brasil se articulou com a tradição diplomática de não ingerência em assuntos domésticos, ao mesmo tempo em que se colocava como uma liderança regional focada em seu entorno geográfico mais imediato (Vigevani; Cepaluni, 2007; Cervo, 2008).

Em tal contexto, o Brasil buscou exercer o papel de mediação e conciliação, além de propor plataformas de integração política como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Da mesma forma, o país procurou utilizar os logros regionais como capital político para aumentar sua influência nas esferas globais, ocupando espaços no G20 e participando ativamente de novos arranjos, como os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, aos quais se somaram neste ano Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã).

Essas ações inspiraram análises sobre as estratégias que norteavam a diplomacia brasileira sob Lula 1 (2003-2006) e 2 (2007-2010), tais como a autonomia pela diversificação – caracterizada pelo destaque à cooperação Sul-Sul com vistas a equilibrar as relações com o Norte e construir um mundo multipolar (Vigevani; Cepaluni, 2007) – e o paradigma do Estado logístico – política externa alinhada a um desenvolvimento econômico de corte autonomista (Cervo, 2008).

Vinte anos depois, novamente na cerimônia de posse como presidente do Brasil, Lula mencionou a América do Sul, porém destacando a necessidade de retomar o protagonismo brasileiro nos canais institucionais do Mercosul, da UNASUL e nas demais instâncias de articulação adjetivadas por ele como soberanas. Mauro Vieira, um quadro técnico do Itamaraty, foi alocado na chancelaria e, a despeito do desaparecimento físico de Samuel Pinheiro Guimarães (2024) e de Marco Aurélio Garcia (2017), a presença de Celso Amorim como assessor especial da presidência a partir de 2023 indicou o retorno do ativismo e da altivez na política externa (Molitero, 2023; Frenkel; Barceló, 2023).

O interregno entre Lula 1 e 2 (2003-2010) e Lula 3 (2023) representou mudanças expressivas no cenário doméstico e internacional, sobretudo no que se refere aos tensionamentos políticos e polarizações que imprimem desafios adicionais às estratégias empregadas anteriormente (Casarões, 2023; Correa; Silva, 2023; Lima; Ives, 2024). Dentre outros fatores, o exercício de liderança sul-americana como trampolim para uma ação global de maior relevância encontrou na Venezuela um enorme empecilho, sobre o qual Lopes (2024, p. 93) afirma: “o grande desafio para o líder brasileiro é produzir um remédio que, sob a promessa de cura, não termine por lhe fulminar o prestígio internacional”.

Isso porque, nos primeiros mandatos, o Brasil lidou com Hugo Chávez (1999-2013) e o ápice da chamada Revolução Bolivariana, quando o país alcançou índices econômicos e sociais de destaque. Entretanto, ao completar quase 25 anos no poder, dessa vez sob a batuta de Nicolás Maduro (no poder desde 2013), o país vizinho consolidou-se como o epicentro de uma crise migratória sem precedentes na região, resultado direto da deterioração das suas condições materiais e políticas. Hoje, a Venezuela é para a direita latino-americana (incluindo a brasileira) um referencial dos supostos riscos que a esquerda no poder acarretaria. Portanto, estar associado de alguma forma ao regime bolivariano incorre em alto custo político interno (Correa; Silva, 2023; Casarões, 2023).

Diferentes líderes de esquerda da região¹ já romperam com o chavismo, porém, para Lula, a situação é mais complexa, sobretudo após anos de críticas efusivas a Maduro perpetradas por Michel Temer e Jair Bolsonaro, que chegaram a fechar os canais de diálogo diplomáticos. Retomar uma postura negociadora e conciliadora sem ser acusado de condescendência tornou-se tarefa árdua, especialmente diante das consistentes acusações de violações sistemáticas dos direitos humanos, crimes de lesa humanidade e autoritarismo feitas ao regime venezuelano.

O presente trabalho visa analisar a política externa de Lula 3, considerando seus anseios por exercer um papel de liderança regional, porém em condições mais truncadas interna e externamente. Especificamente, tem como foco o desafio representado pelas relações bilaterais com a Venezuela frente à empreitada brasileira de se reposicionar internacionalmente, após as rupturas levadas a cabo pelo bolsonarismo. Para tal, examinaremos o histórico das relações entre os países, perpassando os mandatos de Lula (2003 a 2010), Dilma Rousseff (2011 a 2016), Michel Temer (2016 a 2018) e Jair Bolsonaro (2019 a 2022), tendo em vista o posicionamento oficial brasileiro e as movimentações políticas venezuelanas ao longo desse período.

¹ Figuras como Pepe Mujica (ex-presidente do Uruguai e importante líder da esquerda latino-americana), Gabriel Boric (mandatário do Chile desde 2021) e Gustavo Petro (presidente da Colômbia, o primeiro oriundo das fileiras da esquerda do país, eleito em 2022) são críticos a Maduro.

Por fim, apresentamos o quadro conjuntural do início do terceiro termo de Lula frente à presidência brasileira, destacando as dificuldades de liderar a região e ser uma voz influente no cenário global, em paralelo aos problemas e contradições suscitados pela Venezuela. Metodologicamente, adotamos uma abordagem histórico-factual e documental, com revisão bibliográfica e dos discursos.

2. SURFANDO A ONDA ROSA: A ESTRATÉGICA APROXIMAÇÃO DE LULA COM CHÁVEZ

As relações de Brasil e Venezuela até 1993 podiam ser resumidas pela máxima “tão perto, tão longe” (Moreira, 2018, p. 153), uma vez que sua aproximação política passou a ser costurada durante as gestões de Itamar Franco (1992-1994) e Carlos Andrés Pérez (1989-1993). Como desdobramento desse processo, a intensificação dos intercâmbios políticos e econômicos datam dos anos 2000, notadamente no fim do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), coincidindo com o início do chavismo.

A partir de então, houve um entendimento de que a proximidade seria benéfica para ambos, o que ganhou contornos mais definidos com a ascensão de Lula da Silva ao poder, em 2003, e a execução da política externa “ativa e alta”, priorizando a América do Sul. Defendida pela tríade Amorim, Guimarães e Garcia, a ênfase regional não gerou consensos junto à opinião pública brasileira e foi se tornando um tema sensível, adentrando paulatinamente nos debates eleitorais (Lopes; Faria, 2014).

A relação com a Venezuela tinha como principal polêmica seu instável processo político interno. Ainda na transição de governos de FHC para Lula, a atuação brasileira foi essencial para garantir que, no fim de 2002, um cenário de hostilidade gerado por um locaute no setor petrolífero convocado pela oposição chavista não fosse suficiente para derrubar o governo, que já havia sofrido uma tentativa frustrada de golpe em abril daquele mesmo ano. O grupo “Amigos da Venezuela” foi capaz de conter os ânimos e conduzir um processo de negociação e acomodação das forças pró e anti-Chávez por meio de uma solução institucional. O episódio foi lembrado por Lula em uma entrevista coletiva após reunião com seus pares sul-americanos em 2023, portanto, duas décadas após os acontecimentos:

Em política, toda vez que você quer destruir um adversário, a primeira coisa que você faz é construir uma narrativa negativa dele. *No caso da Venezuela, eu vivo isso desde 2002 [...]*

Depois, logo em 2003, eu tinha menos de 25 dias de governo, quando, em Quito, na posse do presidente Gutiérrez, surgiu um negócio da *discussão da democracia na Venezuela. Eu propus a criação do Grupo de Amigos da Venezuela*. Além do Brasil, participavam os Estados Unidos (que era considerado inimigo), participava a Espanha (que era considerado inimigo), e participavam mais dois países da América do Sul. (Brasil, 2023, s/p, grifos nossos)

Um dos elementos que compõem essa politização está ligado ao contexto da emergência da “onda rosa”, um ciclo inédito de presidentes oriundos de movimentos sociais, sindicais, ambientais, entre outros, que chamou atenção da mídia e da opinião pública para seus projetos de governo. Inobstante a heterogeneidade de estilos desses líderes, houve uma perspectiva semelhante no que tange a uma integração regional focada em desenvolvimento social, econômico e em alçar os países a uma posição de maior relevância global (Lima, 2013).

Da parte brasileira, adotaram-se os paradigmas de Estado logístico e autonomia pela diversificação, preservando padrões de conduta de política externa, previamente consolidados no âmbito do Itamaraty, porém de forma mais intensa. Alguns desses princípios eram: defesa da autodeterminação dos povos, não-intervenção e solução pacífica de controvérsias; aposta no multilateralismo e na integração regional; busca por desenvolvimento econômico e autonomia, por meio de parcerias estratégicas e diversificadas (Vigevani; Cepaluni, 2007; Cervo, 2008; Jaeger, 2016).

Outrossim, em uma conjuntura regional e economicamente favorável em decorrência do aumento do preço das commodities no mercado internacional², Brasil e Venezuela despontaram como atores relevantes na América Latina, ambiando posições de maior destaque globalmente. Além de ocuparem espaços já existentes em distintos fóruns multilaterais e buscarem diversificar suas parcerias mundo afora, foram protagonistas da nova arquitetura de integração regional (Lima, 2013; Pedroso, 2015).

² Esse movimento se relaciona diretamente ao crescimento econômico da China nos anos 2000, cuja demanda pelas commodities impulsionou as demais economias em desenvolvimento, incluindo as latino-americanas.

As também existentes distinções entre eles, contudo, não impediram o estabelecimento de uma relação bilateral conveniente para ambos. No comércio houve uma situação de complementaridade dos mercados: o Brasil como fornecedor de bens de consumo e a Venezuela como consumidora desses produtos, em um contexto de melhoria de seus índices sociais, o que a tornava ainda mais atrativa. O saldo da balança comercial tendeu a ser favorável ao país de Lula, que, por sua vez, também se tornou uma importante fonte de financiamento para obras de infraestrutura no vizinho (Barros et al., 2022)³.

Apesar do potencial econômico da relação bilateral e das vantagens materiais para o empresariado brasileiro, o aumento da radicalidade do processo chavista despertou em setores políticos domésticos o receio de estar acontecendo algum tipo de aliança ou mimetização por parte do governo petista em relação a Hugo Chávez (Latinobarômetro, 2011; Pedroso, 2015). Houve por parte da imprensa – o jornal Folha de São Paulo foi um dos pioneiros, em 2009⁴ – a escolha editorial de se referir ao mandatário venezuelano como autoritário e até como ditador, alimentando também as narrativas antichavistas da direita brasileira, cujo apelo eleitoral foi ficando cada vez mais forte à medida que a democracia venezuelana perdia qualidade e credibilidade internacional⁵.

Em pesquisa conduzida pelo Latinobarômetro (2011), a figura de Hugo Chávez foi mal avaliada pelos brasileiros. A partir de um critério de notas de 0 a 10, em que 0 seria péssimo e 10 excelente, os números do líder venezuelano junto à população do Brasil foram: 4,0 (2005); 4,1 (2006); 3,8 (2007); 3,7 (2008); 3,9 (2009 e 2010) e 4,4 (2011), perfazendo uma média de 3,4 entre 2005 e 2011. Um dos episódios em que essa visão crítica resvalou nas relações bilaterais foi durante o polêmico processo de incorporação da Venezuela ao Mercosul, iniciado no segundo mandato de Lula.

O Congresso brasileiro, fortemente influenciado pelas reticências geradas pelo chavismo, dificultou a ratificação da adesão do país bolivariano ao bloco comercial. A justificativa, à época, estava relacionada à não renovação da concessão estatal ao canal de televisão RCTV, ideologicamente alinhado ao anti-chavismo. Como resposta, o mandatário venezuelano acusou o Legislativo brasileiro de ser um “papagaio” dos interesses estadunidenses (Maisonave, 2007). As reações mais vocais à declaração chavista vieram tanto da base de apoio do governo (senadores do PMDB) como da oposição ao governo petista, sobretudo do DEM e do PSDB, conforme relato abaixo:

Em nota, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse que não adianta Chávez utilizar “um discurso atrasado”, com o “cacoete de insultar parlamentares” para forçar a aprovação do ingresso do seu país no Mercosul.

“Este não é o Parlamento da Venezuela, que ele conseguiu subjugar, eliminando toda e qualquer oposição. O Parlamento brasileiro é livre e soberano para votar quando e como entender melhor. E, a depender do PSDB, a Venezuela de Chávez não terá o ingresso aprovado. Há, para isso, razões legais, políticas, econômicas e éticas. Em marcha batida rumo a um regime ditatorial, o governo de Chávez não preenche o requisito da cláusula democrática do Mercosul”, argumenta Arthur Virgílio. (Agência Senado, 2007, s/p, grifos nossos)

Lula, por sua vez, não se manifestou sobre o que ocorria na Venezuela, seguindo a linha de sua política externa de não ingerência em assuntos domésticos. Mesmo com os constrangimentos políticos internos oriundos dessa crescente percepção de piora da democracia venezuelana, a diplomacia brasileira alçou o vizinho a um status de parceria estratégica, tendo sido o país com o maior número de instituições brasileiras em seu território, como: Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Polícia Federal (PF), Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (Pedroso, 2015).

Em síntese, “surfando” o clima da onda rosa e da bonança econômica que acometia a América Latina, as primeiras presidências de Lula consolidaram o parceiro sul-americano como um país relevante em sua política externa. Embora houvesse desconfortos relativos ao processo chavista, o custo político interno ainda não era suficiente para anular a ênfase diplomática na América do Sul e na Venezuela. Tanto foi assim, que Lula conseguiu eleger sua sucessora, Dilma Rousseff, sem grandes dificuldades.

Isso não significa que não houve questionamentos quanto à prioridade dada à América do Sul, bem como à suposta convivência do governo petista com o seu homólogo venezuelano. Como descreve Lopes (2013), a oposição a Lula acusou sua

³ Uma das mais simbólicas foi a construção do metrô de Caracas, cuja parte mais nova foi parcialmente executada pela Odebrecht e apoiada por desembolsos do BNDES, feitos para a exportação de serviços de empresas brasileiras no exterior (Barros et al., 2022).

⁴ Em editorial de 17 de setembro de 2009, a Folha de São Paulo criticava o presidente venezuelano por ter empreendido uma consulta popular que resultou na possibilidade de reeleição infinita.

⁵ Processo que se acelerou principalmente a partir de 2014, no governo Maduro. Ainda que com Chávez a Venezuela tenha começado a perder alguns traços democráticos e evidenciado tendências autoritárias existentes desde o início de seu governo, com Maduro o regime político do país sul-americano deixa de ser um regime híbrido (com características democráticas e autoritárias) no campo democrático para se tornar um regime híbrido no campo autoritário (Gombata; Cameron, 2021), como detalhado adiante.

política externa de partidização e de uma ideologização ainda maior que a ditadura militar. Essa visão, contudo, esteve em descompasso com a percepção geral do eleitorado brasileiro:

Dentre os muitos descompassos que existem entre os sentimentos da maioria da população e o que dizem a oposição e a grande imprensa, *um dos maiores acontece na avaliação da política externa do atual governo. Onde alguns só veem equívocos, ela enxerga, quase sempre, sucessos* (Coimbra, 2010 apud Lopes, 2013, p. 147, grifos nossos)

Ainda que se possa ponderar o quanto o eleitorado brasileiro, de fato, via como um grande êxito da diplomacia sob Lula a relação com a Venezuela, haja visto o relativo mal-estar em parte da sociedade brasileira sobre a figura de Chávez, fato é que essa discussão não parece ter sido suficiente para que a política externa fosse um tema central na campanha de 2010 e, menos ainda, para evitar a eleição de Dilma Rousseff.

Finalmente, dois fatores importantes a serem considerados sobre essa aproximação bilateral em Lula 1 e 2 são a afinidade ideológica entre os governos e a complementaridade comercial de seus mercados, o que proporcionou um ambiente mais favorável para os negócios, como mencionado anteriormente. Sobre o primeiro ponto, havia confluências quanto a uma visão crítica dos efeitos do neoliberalismo na América Latina e sobre as ações dos Estados Unidos na região consideradas imperialistas, ideias presentes no Foro de São Paulo. O Foro é uma organização internacional com forte protagonismo do Partido dos Trabalhadores, que reúne mais de cem agremiações políticas da região, na qual lideranças latino-americanas articulam ideias a partir dos princípios de democracia e autodeterminação; integração regional e soberania; anti-imperialismo e antineoliberalismo; unidade e solidariedade (Foro de São Paulo, 2020).

Entretanto, conforme ponderam Vigevani et al. (2008, p. 109): “algumas afinidades ideológicas, políticas e culturais não têm tido a força de mudar interesses estruturais”, sendo o peso dos fatores materiais essencial para a compreensão da proximidade entre Brasil e Venezuela nesse período. Com todas as contradições e polêmicas ressaltadas pela oposição a Lula, naquele contexto foi altamente favorável comercializar com o país liderado por Chávez, que ainda estava a (alguns) anos da crise multidimensional (econômica, política, social, migratória e humanitária) na qual seria mergulhado.

3. DE DILMA ROUSSEFF A TEMER: DO “AMORNAMENTO” AO ESFRIAMENTO DAS RELAÇÕES

A despeito de ter sido eleita como sucessora escolhida por Lula, Dilma Rousseff empreendeu uma política externa de mais baixo perfil que o padrinho político. A partir de 2011, o Brasil perdeu proatividade e protagonismo internacionais, tendo uma postura muito mais reativa frente aos movimentos globais e regionais, além de ter sido acometido mais duramente pelos reveses da crise econômica internacional (Saraiva, 2014; Jaeger, 2016; Silva, 2020).

No caso da América do Sul, a perspectiva de exercer uma liderança respeitosa, ou seja, a altivez, permaneceu. Entretanto, o aspecto ativo da diplomacia presidencial praticamente desapareceu e se circunscreveu à efetivação de acordos em âmbito multilateral, muitos em andamento durante as presidências de Lula ou cuja atenção se justificava pela presença obrigatória do Brasil dada sua importância regional (Nery, 2021). O período de Rousseff não foi frutífero em termos de novas iniciativas regionais⁶, tendo empreendido um ajuste significativo no paradigma de Estado logístico colocado em voga até então (Lopes; Faria, 2014; Jaeger, 2016).

As relações bilaterais com a Venezuela também foram afetadas, menos na esfera comercial, que continuou sendo positiva para os dois parceiros, e mais no âmbito político e diplomático. Não se pode desconsiderar que internamente Dilma Rousseff e Nicolás Maduro lidavam à época com desafios importantes, demonstrados pela piora do quadro econômico e pelo consequente aumento de manifestações populares de insatisfação, o que minou a capacidade de ambos os países em manter um perfil mais ativo nas relações internacionais (Pedroso, 2015; Nascimento, 2021).

Mesmo diante de maiores constrangimentos internos e externos, um dos atos mais relevantes da política externa brasileira no governo Rousseff foi justamente a entrada da Venezuela no Mercosul, em 2012. Na esteira do golpe sofrido pelo então presidente paraguaio Fernando Lugo e a consequente suspensão do país do bloco, dissolveu-se o último obstáculo à adesão da Venezuela: o Congresso do Paraguai. Isso só foi possível, no entanto, graças ao ativismo direto da presidente brasileira e de Marco Aurélio García, que seguiu como assessor especial para assuntos internacionais (Silva, 2020).

⁶ Nem mesmo as ações internacionais voltadas para desenvolvimento econômico, como as obras de infraestrutura, mantiveram o fôlego do período Lula, pois a despeito de continuarem na agenda brasileira, perderam investimentos, conforme mapeamento realizado por Jaeger (2016).

Em articulação regida pela presidente brasileira e Garcia, assim que o impeachment-relâmpago contra Lugo foi conflagrado, os demais membros do Mercosul foram convencidos sobre a necessidade de acionar a cláusula democrática contra o Paraguai. Dessa forma, o Brasil conseguiu, de maneira automática à suspensão paraguaia, concluir a incorporação venezuelana ao bloco. Se por um lado essa ação foi vista como um dos únicos pontos altos da diplomacia de Rousseff (Silva, 2020), por outro, houve interpretações de que essa situação foi mais uma de muitas no sentido de esvaziamento do poder decisório do Itamaraty e, por conseguinte, de sua substituição por uma agenda partidária e até complacente com Hugo Chávez (Lopes, 2013).

Motivada por esse episódio, bem como pela rápida piora das condições políticas, econômicas e sociais na Venezuela desde 2014, a oposição brasileira aproveitou a oportunidade para aumentar as críticas à política externa petista. Embora a diplomacia não tenha sido o principal tema na campanha eleitoral de 2014, Aécio Neves (principal opositor, candidato do PSDB) e outros atores políticos de direita subiram o tom ao acusar o Brasil de se aliar, “sem vantagens evidentes”, a países liderados por autocratas de esquerda como Cuba e Venezuela (Saraiva, 2014; Nascimento, 2021).

Imbuídos pela polarização que marcou o segundo mandato de Dilma Rousseff, já em 2015, senadores de oposição organizaram uma comitiva a Caracas para visitar políticos presos por liderarem protestos contra Nicolás Maduro. Contudo, foram impedidos de chegar a seu destino e tiveram seu veículo apedrejado. Neves e outras lideranças do PSDB, como o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado brasileiro, o senador Aloysio Nunes, utilizaram o episódio para reforçar críticas ao regime venezuelano e à política externa petista:

Não fomos à Venezuela armados. Não fomos atentar contra um presidente da República eleito. Fomos sim, cobrar aquilo que cobraremos até o dia das eleições: a transparência nas eleições que estão por vir. *A grave omissão do Brasil nesta questão foi suprida pela presença firme, corajosa e altaneira dos senadores* (Neves, 2015 apud Agência Senado, s/p, 2015, grifos nossos)

Quando do impeachment de Rousseff, em 2016, a chancelaria foi um dos setores de maior mudança engendrada por seu vice Michel Temer, colocada aos cuidados dos “tucanos” José Serra (2016) e Aloysio Nunes (2016-2018), sob o lema de inaugurar uma “nova política externa brasileira”. O governo peemedebista, alicerçado na cartilha “Uma ponte para o futuro”, pretendia retirar o caráter ideologizado da política exterior petista, aproximando o Brasil dos supostos benefícios da globalização, o que consequentemente implicaria em um distanciamento da prioridade dada à América do Sul (Miranda, 2019).

Com Temer, a postura do Brasil se tornou publicamente crítica a Nicolás Maduro, esgarçando as relações a ponto de Caracas expulsar o embaixador brasileiro como *persona non grata*, status que se estendeu até para o então encarregado de negócios (Jiménez, 2017). No âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), o chanceler Nunes explicitou o entendimento do Brasil quanto à falta de democracia na Venezuela em 2018, o que já havia se institucionalizado no ano anterior, quando por iniciativa brasileira invocou-se a cláusula democrática do Mercosul⁷ e o país, recém-aderido, foi suspenso do bloco comercial (Miranda, 2019, p. 133).

Segundo analistas que monitoram a situação democrática na Venezuela, as eleições legislativas de 2015 podem ser consideradas um ponto de inflexão no governo Maduro (Gombata; Cameron, 2021). Isso porque, apesar de a oposição obter 112 dos 167 assentos na Assembleia Nacional, o Tribunal Superior de Justiça (TSJ) impediu que quatro congressistas eleitos, sendo três da oposição, tomassem posse, alegando fraude no pleito em alguns Estados. Essa foi a primeira de uma série de ações que levaram ao enfraquecimento do Legislativo, aprofundado pela gradual passagem de atribuições do Congresso para a Suprema Corte, aliada ao governo de Maduro.

Com o pleito de 2015, em que a oposição venceu, mas manobras pós-eleições a impediram de ter maioria qualificada na Assembleia Nacional, a Venezuela passou de um regime híbrido no campo democrático para um regime híbrido no campo autoritário (Gombata, 2020). As críticas da comunidade internacional ganharam novo patamar em 2016, quando o governo venezuelano não permitiu a realização de referendo revogatório de meio de mandato, um instrumento de democracia direta previsto na Constituição de 1999 (Gombata; Cameron, 2021). Nos anos seguintes, Maduro avançou rumo à consolidação de um regime plenamente autoritário, com a conversão das eleições, em grande medida, em ferramenta de controle social, com beneficiários de programas sociais e funcionários públicos sob forte coação do governo Maduro (Gombata, 2017; Abbott; McCarthy, 2019).

Por conseguinte, o principal tema mobilizador da crítica internacional à Venezuela desde o controverso pleito de 2015 tem sido sua transição para um regime híbrido no campo autoritário. Adicionalmente a essa questão, a crise migratória

⁷ O Protocolo de Ushuaia prevê que todos os membros do Mercosul atendam a preceitos democráticos e (ironicamente) foi o mesmo dispositivo utilizado pelo Brasil para suspender o Paraguai e aprovar a entrada da Venezuela em 2012.

foi outro fator relevante para o distanciamento dos países, cujos efeitos repercutiram diretamente sobre toda a América Latina, particularmente na vizinhança mais próxima. Vale notar que esses acontecimentos coincidiram com o processo de esmaecimento da onda rosa e consequente ascensão de governos de direita e mais críticos ao chavismo na América do Sul. Diante desse quadro, o governo brasileiro incorporou-se às crescentes críticas da comunidade internacional e latino-americana ao regime de Maduro.

Com tais ingredientes à mesa, surgiu o Grupo de Lima⁸ em 2017, com o intuito de enquadrar o regime de Maduro por violações aos direitos humanos e escalada autoritária (Gombata, 2020; Watanabe, 2021). Ainda que não tenha liderado essa nova articulação, o Brasil fez coro às demais vozes, porém em uma posição bastante distinta da que tivera nas crises de 2002 e 2003, no âmbito do “Amigos da Venezuela”. Esse novo contexto era de irrelevância do Brasil no manejo da crise venezuelana, ou seja, a piora da situação venezuelana veio acompanhada da incapacidade brasileira (com Michel Temer, e, em menor medida, com Dilma Rousseff) de mediar e construir saídas pacíficas (Rossi, 2017; Watanabe, 2021).

Em retrospecto, o vai-e-vem político-diplomático do Brasil entre 2011 e 2018 quanto à Venezuela passou por: 1) continuidade de uma parceria estratégica; 2) a ascensão e queda de um novo modelo de relações bilaterais, baseado na internacionalização de agências governamentais para apoiar objetivos de política externa; e 3) uma brusca mudança de estratégia para lidar com uma crise regional.

A diminuição do ativismo internacional do Brasil, iniciado com Rousseff, e o agravamento da crise venezuelana alteraram substantivamente a presença brasileira na Venezuela, seja com o fechamento dos escritórios de órgãos governamentais a partir de 2014, retraindo-se às suas atividades domésticas, seja pela fuga do capital privado brasileiro pela insegurança jurídica de Caracas. Com Temer, o esfriamento das relações chegou ao campo diplomático, diante de uma perda gradual da capacidade do país em ser uma liderança regional, que se tornou ainda mais evidente com sua retirada unilateral da UNASUL e, mais pontualmente, na atuação tímida no Grupo de Lima (Miranda, 2019; Watanabe, 2021; Gombata, 2024).

O rompimento das relações diplomáticas com Caracas por parte do Brasil abriu mais espaço para que as potências extrarregionais, como China, Rússia e Estados Unidos, e os demais países médios extrarregionais (Turquia, Irã) e regionais (Colômbia, Peru) aumentassem a sua presença relativa na Venezuela. Da mesma forma, a opção pelo isolamento e o não diálogo com o regime venezuelano dificultou a posição do Brasil em se firmar como um negociador privilegiado em meio à crise venezuelana (Barros et al., 2022, p. 120).

4. EROSÃO E RUPTURA: A ASCENSÃO DE BOLSONARO À PRESIDÊNCIA

Entre 1994 e 2014, a política externa brasileira, ainda que fosse uma arena de disputas entre coalizões políticas domésticas, com diferentes visões sobre as prioridades de inserção do Brasil na arena internacional, foi quase sempre guiada mais por princípios de uma política de Estado do que de governo (Nery, 2021). Mesmo que a diplomacia presidencial tenha tido peso maior em diferentes momentos, o Brasil conseguiu manter certa neutralidade e distanciamento no cenário internacional (Preto, 2006). Era seguido, portanto, o princípio de não intervenção e respeito à soberania dos países, que por décadas marcou a diplomacia brasileira, seja durante a política externa independente (1961-1964) de João Goulart, seja na política externa ativa e altiva nos anos Lula (Cervo, 2008; Jaeger, 2016; Frenkel; Barceló, 2023).

A eleição de 2018, contudo, interrompeu essa relativa continuidade. A chegada de Jair Bolsonaro à presidência representou não apenas uma ruptura, mas um hiato importante na inserção do Brasil no sistema multilateral e um ponto de inflexão nas relações com a Venezuela. Além de isolar o país internacionalmente e subordinar seus interesses aos dos Estados Unidos, a política externa deixou de desempenhar um papel de estabilização na América do Sul (Rossi, 2017; Nery, 2021; Casarões, 2023).

A região havia se consolidado como prioridade da política externa brasileira no início dos anos 2000, no contexto da criação da Comunidade Sul-Americana de Nações, que posteriormente deu origem à UNASUL. Assim, no segundo mandato de FHC, nos governos Lula 1 e 2 e com Dilma Rousseff, as relações com países da América do Sul ganharam um caráter estratégico para o Brasil. No entanto, os governos Temer e Bolsonaro significaram uma mudança de rota significativa, e os parceiros outrora mais próximos foram os que mais sentiram o impacto.

No caso das relações com a Venezuela, após o “amornamento” com Rousseff, durante o governo Temer, houve uma regressão para um estágio de paralisia e, depois, forte deterioração. Essa situação foi alimentada pelas sucessivas manobras

⁸ Formado por Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru (Watanabe, 2021).

do chavismo e da oposição venezuelana, que fizeram com que a Venezuela entrasse em um espiral de instabilidade, crise multi-dimensional e autoritarismo (Gombata, 2020). Serviu, portanto, como mais um elemento de crítica à política externa conduzida pelo PT entre 2003 e 2016, por parte dos grupos que chegaram ao poder pós-impeachment no Brasil (Casarões, 2023).

Em 2018, a vitória de Maduro na eleição presidencial foi vista como ilegítima por parte da comunidade internacional e líderes da América Latina, incluindo do Brasil. Na sua posse, no início de 2019, a Assembleia Nacional – de maioria opositora – declarou Maduro “usurpador” e anunciou um governo de transição. Quem liderou esse processo foi o deputado Juan Guaidó, que dias antes havia se declarado presidente interino do país⁹ (Watanabe, 2021). A escalada da crise venezuelana entrou no debate público no Brasil, cada vez mais polarizado em meio a escândalos de corrupção no âmbito da Operação Lava Jato. Na campanha eleitoral de 2018, por exemplo, o então candidato Jair Bolsonaro com frequência associava o PT a Maduro (Correa; Silva, 2023).

Quando chegou ao Palácio do Planalto, Bolsonaro se juntou ao grupo de países que passou a reconhecer Guaidó como presidente e adotou sanções unilaterais para impedir a entrada de altos funcionários do regime venezuelano. Em novembro de 2019, a Embaixada da Venezuela em Brasília foi ocupada durante 13 horas por partidários de Guaidó. Já em março de 2020, os diplomatas e funcionários nomeados por Maduro foram expulsos e tiveram menos de 48 horas para deixar o país. Assim, o Brasil passou a reconhecer e abrigar como chefe da missão diplomática da Venezuela a embaixadora María Teresa Belandria, ligada a Guaidó, o que acirrou ainda mais as tensões bilaterais (Watanabe, 2021).

O que se observou nesses anos, portanto, foi uma acelerada erosão e ruptura das relações. Diferentemente de períodos anteriores, entre 2016 e 2022, o governo brasileiro não se reuniu com Maduro ou com o chanceler venezuelano. O reconhecimento de Belandria como a embaixadora da Venezuela no Brasil foi acompanhado do esvaziamento da missão diplomática brasileira em Caracas e do fechamento da Embaixada brasileira no país, em 2020. Esse cenário resultou no bloqueio de todos os canais de diálogo entre os governos Maduro e Bolsonaro, no contexto de maior nível de afastamento da história das relações entre os dois países (Watanabe, 2021; Correa; Silva, 2023).

O afastamento de Brasil e Venezuela ocorreu sob um discurso do bolsonarismo que vinha da época da campanha eleitoral de suposta “desideologização” e “renovação” das relações exteriores (Watanabe, 2021; Correa; Silva, 2023). Depois de eleito, apesar da promessa de ruptura com a “velha política” e partidos tradicionais do Congresso brasileiro, Bolsonaro se viu diante da necessidade de moderar algumas opiniões em troca do apoio de forças políticas antes estabelecidas. Uma das exceções foi justamente no terreno de política externa, no qual o ex-presidente quebrou tradições e posições defendidas ao longo de décadas.

Nesse sentido, Lopes (2024) argumenta que a nova política externa de Bolsonaro decorreu de uma combinação de fatores cujo resultado se deu no desaparecimento do Itamaraty como principal formulador de política exterior, o que foi acompanhado pela ascensão de burocracias governamentais, partidos políticos e indivíduos, fazendo com que a inserção internacional brasileira fosse menos previsível. Um elemento adicional está relacionado à admiração pessoal do mandatário brasileiro a Donald Trump, naquele momento presidente dos Estados Unidos, o que também repercutiu na relação com a Venezuela.

Foi durante a administração trumpista que o regime de Maduro e o setor petrolífero passaram a ser sancionados pelo Departamento de Tesouro estadunidense. Dessa forma, o Brasil compunha, junto a outros atores internacionais, uma estratégia articulada de isolamento internacional da Venezuela, indo na contramão da tradição diplomática do país. Para Correa e Silva (2023, p. 3), a ruptura dessas relações poderia ser enquadrada dentro do que definem como “dissonância diplomática do governo Bolsonaro com uma política externa estabelecida anteriormente por duas décadas no subcontinente”, influenciada pela emergência de atores da nova direita radical na formulação de mudanças da política externa.

Barros et al. (2022, p. 6) argumentam que “o agravamento da crise venezuelana desorganizou a governança regional na América do Sul”, deixando a região mais vulnerável em um quadro de maior polarização interna. Os autores observam que os anos que compreendem os governos Temer e Bolsonaro marcaram uma redefinição estratégica e o aumento da pressão por uma mudança de regime na Venezuela. A atuação brasileira teve como eixos: isolar o país em organismos regionais, enfraquecer mecanismos recentes, como a UNASUL e a CELAC, e exercer pressão contra o regime de Maduro a partir de iniciativas regionais fragmentadas, como o Grupo de Lima.

⁹ Ainda não estão claras as condições que possibilitaram o movimento de Guaidó em 11 de janeiro de 2019. Fato é que o pronto apoio de atores como os Estados Unidos e a União Europeia acabou criando um governo duplo na Venezuela – o de Maduro, que controlava formalmente instituições e recursos no país, e o de Guaidó, que tinha o apoio de parte da comunidade internacional e acesso a ativos da Venezuela no exterior, como a refinaria Citgo, filial da estatal petrolífera PDVSA em Houston, nos Estados Unidos.

5. LULA 3: A REINserÇÃO DO BRASIL NA ARENA GLOBAL E O PROBLEMA DA VENEZUELA

Como mostrado aqui, desde o início do século XXI, as relações bilaterais passaram por momentos de alto engajamento, estagnação, rompimento e retomada. É possível dizer que entre 1999 e 2007 elas foram marcadas por uma construção de parceria estratégica. De 2008 a 2012, houve tentativa de cooperação ampla, com destaque para a internacionalização de agências brasileiras. O período seguinte, de 2013 a 2015, foi de retração da cooperação, evoluindo para o esgarçamento das relações bilaterais, entre 2016 e 2018, e rompimento completo, de 2019 a 2022 (Barros et al., 2022).

No recorte histórico de 2016 a 2022 (durante os governos Temer e Bolsonaro), o que se observa é um maior enfraquecimento das relações bilaterais, iniciada ainda no governo Dilma Rousseff. O arrefecimento da parceria abriu caminho para uma posterior radicalização, cujo ápice ocorreu com o rompimento dos laços diplomáticos entre os países. Tal afastamento vem sendo revertido desde 2023, com tentativa de reengajamento, especialmente por parte do Brasil (Casarões, 2023).

Passadas duas décadas de sua primeira eleição, Lula retornou à presidência brasileira com um cenário sul-americano bastante distinto. Ainda sob o chavismo, a liderança do país está a cargo de Nicolás Maduro, no poder desde 2013, quando venceu o pleito disputado e bastante acirrado com Henrique Capriles. Maduro recebeu uma Venezuela altamente polarizada, problemas econômicos estruturais não resolvidos e um país à beira de uma grave crise de soberania alimentar, com consequências que fizeram os (até então) bons resultados sociais do chavismo praticamente desaparecerem.

No cenário interno brasileiro, as eleições presidenciais de 2022 foram as mais polarizadas do país em mais de duas décadas (Barbosa, 2022). Embalada por uma dinâmica de polarização perniciosa (política e social) (McCoy; Somer, 2019) e retrocesso democrático (Haggard; Kaufman, 2021) em escala global, a disputa não simbolizou apenas a escolha entre Lula e Bolsonaro. Estiveram em jogo também a condução de políticas públicas, o direcionamento da política externa brasileira e o (re)posicionamento do Brasil na arena internacional.

Em um Brasil polarizado como nunca (Arvritzer; Rennó, 2021) as pressões no âmbito doméstico eram grandes, assim como as expectativas da comunidade internacional em relação ao Brasil. Nesse sentido, o retorno de Lula ao Palácio do Planalto era visto como sinônimo de reinserção do Brasil no sistema multilateral internacional, enquanto ator capaz de colaborar e se engajar na ação coletiva. No pacote de expectativas havia também chances de retomada do que havia sido a política externa ativa dos primeiros governos Lula, nos anos em que Amorim esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores (Lima; Ives, 2014).

Embora se observe certa continuidade da política externa brasileira ao longo da história, sob o governo Lula surgiram características específicas. Em um mundo em reconfiguração no início do século, a diplomacia brasileira em Lula 1 e 2 foi marcada pela verticalização e pela horizontalização das relações exteriores com os outros países, simultaneamente. Além do tradicional eixo norte-sul, o Brasil passou a se voltar para vizinhos do sul global, nas relações sul-sul (Lopes, 2024).

A ênfase nessas relações fez com que na América Latina ocorresse um tipo de integração específica, denominada novo regionalismo. Na definição trazida por Lima (2013), o novo regionalismo no sul global seria pautado por outros interesses, além da agenda tradicional de política externa. Enquanto a integração pressupõe um espaço econômico integrado, com coordenação regional de políticas públicas, esse regionalismo “implica processos de cooperação em áreas diversas, militar, política, econômica, energia, técnica”¹⁰ (Lima, 2013, p. 178).

Assim, em contraponto ao governo Bolsonaro, o que se esperava do terceiro mandato de Lula era o retorno do Brasil na condução desse regionalismo na região e com maior protagonismo. Soma-se a isso a dimensão pessoal do presidente Lula, que, na visão de analistas e acadêmicos (Frenkel; Barceló, 2023; Casarões, 2023; Lima; Ives, 2024; Lopes, 2024) anseia por se projetar internacionalmente como uma figura capaz de atuar como mediador em situações de crise. O tenso cenário da Venezuela se mostrou, portanto, uma oportunidade para congregar ambos.

Decorrente de arrefecimento importante e ruptura, o estado das relações bilaterais com a Venezuela refletiram um cenário mais amplo da política externa brasileira, marcada por um hiato de quatro anos do Brasil na ordem multilateral¹¹ e por crescente isolamento (Ringe; Rennó, 2022). Nesse sentido, um dos principais pontos de expectativa e preocupação em relação ao novo governo foi justamente a sua diplomacia, uma vez que esse seria o canal pelo qual se daria o retorno do Brasil “ao mundo”.

¹⁰ A autora argumenta que, ao contrário de processos de integração mais tradicionais, esse regionalismo tem objetivos bem menos ambiciosos e envolve graus muito variados de coordenação de políticas governamentais. Um exemplo disso poderia ser a Unasul, uma vez que abarca cooperação em infraestrutura, saúde e segurança, temas que vão além de áreas como comércio e defesa e exigem maior integração em vez de competição.

¹¹ Vale lembrar que no governo Bolsonaro o Brasil saiu de fóruns regionais como a Unasul e a CELAC. Contudo, diferentemente dos Estados Unidos com Donald Trump, não ameaçou sair de organizações internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) nem abandonou compromissos globais como o Acordo de Paris.

Se, portanto, Lula 3 fosse capaz de conduzir uma “pacificação dos autoritarismos de esquerda na América Latina – notadamente a Venezuela” (Casarões, 2023, s/p), isto é, um acordo efetivo entre o governo venezuelano e a oposição que levasse à realização de eleições justas e transparentes, tal logro poderia ser uma plataforma capaz de alavancar a posição do Brasil – e de seu presidente – como um ator de peso não apenas regional, mas também global. Não à toa, dentre as primeiras medidas de Lula após tomar posse, em 2023, foi a de restabelecer os laços rompidos com Caracas. O envio de uma missão e a posterior reabertura da Embaixada do Brasil e do consulado-geral em Caracas enviaram uma sinalização incontestável. Para Lopes (2024, p. 93):

A insistência do chefe de Estado do Brasil em servir de escudo para Nicolás Maduro é corolário de uma aposta em diplomacia. Lula crê possível a normalização da democracia venezuelana, oferecendo-se como facilitador do processo. Para tanto, precisa arrancar concessões de Maduro. No cálculo do negociador brasileiro, a oposição política venezuelana, ora prostrada, e líderes ocidentais engajados (como Joe Biden e Emmanuel Macron) não se oporiam ao movimento. A realização de eleições limpas na Venezuela seria um primeiro passo – e um passo decisivo – para o início da reconstrução do país amazônico-andino-caribenho.

Vale ressaltar que os temas que permeiam as relações bilaterais vão muito além da diplomacia e do protagonismo em arranjos sul-sul. Dizem respeito a mais de 2.000 quilômetros de fronteira compartilhada, a vinda de mais de 500 mil imigrantes venezuelanos para o território brasileiro desde o agravamento da crise, o resgate de uma relação comercial que por anos significou para o Brasil o maior superávit com países da América Latina (Barros et al., 2022), e o pagamento de uma dívida de cerca de US\$ 1 bilhão (Song; Yapur, 2024).

A retomada dessas relações, contudo, não tem sido linear. Desde o início de Lula 3, ela pode ser dividida em dois momentos. O primeiro, que vai de janeiro de 2023 a março de 2024, é caracterizado por um movimento de aproximação e defesa do regime Maduro pelo presidente Lula (Lopes, 2024). O segundo, que tem início no fim de março de 2024, evidencia um Brasil cauteloso e reticente em relação ao país vizinho. A primeira fase foi marcada pela rápida disposição do governo brasileiro em restaurar a missão diplomática na Venezuela, como dito anteriormente, reuniões de Maduro com Amorim, agora como assessor especial da presidência, e participação do Brasil em iniciativas para a solução da crise venezuelana, como a liderada em 2023 pelo presidente da Colômbia, Gustavo Petro.

Esse foi ainda, pode-se afirmar, um período de complacência e convivência do Brasil, em especial do presidente Lula, diante da disposição de baixa intensidade do governo Maduro em conduzir eleições livres e justas, apesar da assinatura do Acordo de Barbados¹² para a realização de eleições justas e transparentes na Venezuela. Lula minimizou as acusações de retrocesso democrático e autoritarismo, ao questionar afirmações de que não existe democracia na Venezuela, chegou a argumentar que democracia é um conceito relativo (Folha de S.Paulo, 2024).

Em outro episódio, Lula criticou diretamente a líder opositora María Corina Machado. Apesar de ter vencido as primárias da oposição em 2023, ela foi impedida de disputar as eleições presidenciais de julho de 2024, depois de a Controladoria Geral da República alegar irregularidades envolvendo declaração de seus bens¹³. Questionado sobre o impedimento, Lula afirmou que a opositora deveria “parar de chorar” e indicar outro candidato para disputar a eleição (Taddeo, 2024).

As afirmações renderam retaliações nos âmbitos doméstico e internacional. Além das críticas presentes no debate público, pesquisas de opinião mostraram que um dos momentos de pior desempenho de Lula é justamente quando o presidente se aproxima de Maduro ou se manifesta sobre a Venezuela (Estado de Minas, 2023). Mais do que um instrumento retórico, essas declarações colocaram em xeque a capacidade de o Brasil ser um ator de peso na arena internacional e suficientemente neutro para desempenhar um papel de mediador capaz de conduzir o país a um processo eleitoral transparente (Lima; Ives, 2024).

O segundo momento da retomada das relações Brasil-Venezuela tem sido marcado por mudança importante de posição do governo brasileiro diante das irregularidades eleitorais¹⁴ (Corrales, 2020) na Venezuela de Maduro. Após o impedimento de

¹² O acordo foi assinado em 17 de outubro de 2023 entre o governo venezuelano e correntes da oposição reunidas na Plataforma Unitária. O texto estabelece parâmetros para a realização das eleições presidenciais em 2024, resultados da mesa de diálogo entre governo e oposição mediada pela Noruega, com apoio de países como o Brasil e os Estados Unidos. Honrar compromissos desse acordo resultaria na suspensão das sanções americanas ao petróleo venezuelano, emitidas em 2019, conforme apontam Barros et al. (2022).

¹³ Machado já estava inabilitada eleitoralmente desde 2015, sob acusações de distintas irregularidades do período em que foi deputada da Assembleia Nacional (2011-2014), por um período de 15 anos. Essa sentença foi revista em 2023 e reconfirmada no contexto em que ela se apresentou como pré-candidata para as eleições presidenciais de 2024.

¹⁴ O conceito de irregularidade eleitoral vai além das violações eleitorais que acontecem no dia do pleito, podendo ocorrer antes ou depois da votação, segundo Corrales (2020). O autor argumenta que na Venezuela chavista a maior parte das irregularidades ocorre antes ou depois do dia da eleição.

Machado, em março de 2024, a ala da oposição venezuelana liderada por ela tentou lançar como candidata Corina Yoris para disputar o pleito com Maduro. Yoris, porém, teve problemas técnicos para se registrar na plataforma do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) e não conseguiu formalizar sua candidatura.

De acordo com autoridades chavistas, Yoris teria tido problemas de ordem burocrática, uma vez que o partido de Machado, o Vente Venezuela, não estaria cadastrado no CNE e teria o acesso negado de forma deliberada pelo órgão eleitoral (Asamblea Nacional, 2024). Trata-se de uma distinção importante, pois Machado havia vencido as primárias no âmbito da Plataforma Unitária¹⁵, uma coalizão suprapartidária de oposição. Contudo, essa agremiação não havia apoiado o nome de sua substituta e decidiu incluir o nome de Manuel Rosales como candidato à presidência, por meio do partido Un Nuevo Tiempo (regularmente cadastrado no CNE).

O governo venezuelano e o CNE, contudo, não se pronunciaram pronta e oficialmente quanto ao impedimento do registro de Yoris, o que levantou suspeitas sobre a falta de transparência do processo eleitoral de 2024, que foi mais observado pela comunidade internacional do que os anteriores. Essas eleições foram objeto dos Acordos de Barbados, de dezembro de 2023, firmados entre governo e oposição e vinham sendo vistas como uma condição necessária para a Venezuela retornar ao sistema internacional.

Diante desse quadro, o episódio levou a críticas que marcaram um ponto de virada da posição do Brasil em relação à Venezuela. Ao citar a impossibilidade de Yoris registrar sua candidatura, o Itamaraty emitiu comunicado externando preocupação com o processo eleitoral da Venezuela (Brasil, 2024). O posicionamento mais assertivo do Ministério das Relações Exteriores quanto ao processo eleitoral na Venezuela levantou dúvidas sobre a ausência de um alinhamento entre Itamaraty e Palácio do Planalto. Mas dias depois ficaram nítidos tanto a existência do alinhamento entre a chancelaria e a presidência quanto o alerta do governo brasileiro às autoridades venezuelanas de que reagiria a um eventual bloqueio da candidata opositora (Coletta, 2024).

Do lado venezuelano veio o rompimento – por ora retórico – com o Brasil. Após a emissão do comunicado do Itamaraty, o governo da Venezuela afirmou que o texto parecia “ter sido ditado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos” e considerou que se tratou de “comentários carregados de profundo desconhecimento e ignorância sobre a realidade política na Venezuela” (Agência Brasil, 2024, s/p). A principal mensagem do governo Maduro parece ser a de que ou o Brasil está do lado da Venezuela de maneira incondicional ou está contra, afirma o analista Guilherme Casarões:

Quando o Brasil recebe a resposta da Venezuela, dizendo que o Itamaraty fez uma nota que mais parece ter sido redigida pelo Departamento de Estado americano, fica claro que ou o Brasil embarca no *modus operandi* do Maduro ou será tratado como adversário daqui para frente. (Casarões, 2024 apud Gombata, 2024, s/p)

Após a resposta da Venezuela, o próprio presidente brasileiro criticou o impedimento de Yoris, o que considerou “grave”, confirmando uma mudança de posição em relação ao aliado regional. Essa postura foi mantida, de certa forma, pelo Brasil. E, nesse sentido, a eleição presidencial de julho de 2024 vem se mostrando um teste importante para Lula 3.

Depois do impedimento de Yoris, a Plataforma Unitária escolheu como candidato o diplomata Edmundo González Urrutia. No dia da eleição, ainda com cerca de 80% das urnas apuradas, o CNE declarou Maduro vitorioso, com 5.150.092 votos (51,2%), e González, com 4.445.978 votos (44,2%). Em 2 de agosto, o CNE confirmou Maduro como o vencedor com 6.408.844 votos (51,95%), e González com 5.326.104 votos (43,18%), com base em 96,97% dos resultados apurados.

O pleito de julho foi marcado pelo retorno de poucas missões de observadores, como a do Carter Center, mas, ainda assim, a falta de relatórios de observadores em campo dificulta uma avaliação mais aprofundada sobre o processo eleitoral. Um dos documentos preliminares, do Painel de Especialistas das Nações Unidas, convidado pelo CNE a participar das eleições mesmo que não como observador eleitoral, lembra que os resultados da votação foram comunicados oralmente, mas o CNE não publicou “nenhum resultado (ou resultados discriminados por seção eleitoral) para apoiar seus anúncios”, conforme previsto nas regras eleitorais (UN, 2024).

O relatório afirma que a eleição de 28 de julho ocorreu em “um ambiente amplamente pacífico e foi logisticamente bem organizado” e que a transmissão eletrônica dos resultados funcionou regularmente no início, mas “foi abruptamente interrompida nas horas após o fechamento das seções eleitorais, sem nenhuma informação ou explicação fornecida aos candidatos ou ao painel” (UN, 2024, p. 2).

O CNE mencionou um ciberataque que teria afetado a transmissão e causado atraso na apuração das urnas. Contudo, cancelou três auditorias pós-eleitorais, incluindo uma sobre o sistema de comunicação que poderia ter esclarecido

¹⁵ Os partidos que compõem essa aliança são: Acción Democrática, Un Nuevo Tiempo, La Causa Radical, Voluntad Popular, Primero Justicia, Movimiento por Venezuela, Comité de Organización Política Electoral Independiente, Convergencia, Encuentro Ciudadano, Proyecto Venezuela e FUTURO (El Nacional, 2021).

a ocorrência de ataques à infraestrutura de transmissão. Um mês depois do pleito, o Tribunal Supremo de Justiça confirmou os resultados anunciados pelo CNE.

O Brasil e a Colômbia vêm pressionando autoridades eleitorais venezuelanas a divulgar dados desagregados de cada centro de votação. Amorim afirmou que o governo brasileiro não reconhecerá quaisquer resultados se as atas não forem divulgadas (Cunha, 2024). A postura difere da de países como os Estados Unidos, que reconheceram a vitória de González, ou China e Rússia, que reconhecem a reeleição de Maduro. Resta ver se a nova posição do Brasil aponta, de fato, para uma mudança no que vinha sendo observado desde o início de Lula 3.

6. O DESAFIO VENEZUELANO À DIPLOMACIA BRASILEIRA

Como apontamos ao longo deste artigo, a Venezuela tem se mostrado um desafio para o governo Lula 3 e a política externa brasileira. O país, pária no sistema internacional e mergulhado em crises múltiplas – econômica, social e política – encontra-se em um momento definidor: depende de eleições limpas, justas e transparentes, em um cenário no qual elas têm se convertido em expediente de controle social por parte do governo de Maduro (Abbott; McCarthy, 2019).

Algumas tentativas de mediação entre o governo chavista e a oposição venezuelana foram levadas adiante, mas sem sucesso substancial, como as lideradas pela Noruega e, mais recentemente, pela Colômbia. O Brasil, apostando em uma visão baseada na conjuntura do começo do século, vem sendo surpreendido por um cenário complexo de polarização profunda no país vizinho, em parte pela crise humanitária que vive, e prospectos pouco otimistas quanto à recuperação da democracia na Venezuela, especialmente pela via eleitoral, como as eleições de 2024 evidenciaram.

Soma-se a isso a campanha presidencial brasileira de 2022, marcada por intensa defesa de princípios da democracia liberal, contando com participação ativa de organizações da sociedade civil brasileiras no sentido de emitirem alertas em fóruns multilaterais sobre a escalada autoritária com Bolsonaro. Todo o processo de *advocacy* internacional em prol da democracia brasileira que, afinal, foi importante para a eleição de Lula em um cenário tão polarizador, destoa de suas posteriores declarações sobre o processo interno venezuelano, consideradas pouco incisivas quanto à piora dos requisitos democráticos no país vizinho.

A posição do Brasil diante das irregularidades observadas até agora parece ter se desenrolado de maneira diferente da inicialmente planejada no começo do terceiro mandato de Lula. Antes do pleito de julho havia dúvidas sobre como o governo brasileiro se posicionaria se houvesse indícios de violações. O que Lula e Amorim vêm mostrando até agora é uma disposição do governo para reverter a imagem do início de Lula 3 de convivência com abusos de poder por parte do chavismo, o que tem contribuído para colocar a Venezuela no topo do ranking de países que passam por retrocesso democrático. O governo brasileiro parece entender que mudar tal postura é importante não apenas para a imagem do Brasil enquanto ator capaz de mediação em situação de crise, como também imprimir novamente ao país uma política externa de caráter “neutro”, anteriormente marcada pela não ingerência em assuntos domésticos de terceiros. Tal postura seria importante também para reverter a escalada do autoritarismo no país vizinho, que recrudescer com as sanções dos Estados Unidos, em vez de diminuir.

As eleições de julho de 2024, portanto, podem se mostrar de forma definitiva como ponto de inflexão do apoio do Brasil à Venezuela, cujas primeiras pistas foram dadas pelo posicionamento mais assertivo do Itamaraty recentemente. Não está claro, contudo, se a nova posição do Brasil, caso se mantenha, inviabilizará um dos poucos canais de diálogo que restam com o regime chavista ou se contribuirá para maior isolamento da Venezuela, afastando-a ainda mais do sistema multilateral.

Tampouco é certo se Lula, por meio do desafio posto pela Venezuela, será capaz de projetar o Brasil como ator capaz de mediação na arena diplomática. Ao que tudo indica, o desafio venezuelano não se mostrou suficiente para que tal objetivo fosse atingido. Segue em aberto ainda o tom que terão as relações bilaterais nos próximos anos, assim como o perfil da política externa brasileira no futuro próximo e o nível de protagonismo do Brasil no sistema multilateral. Por ora, as eleições de 2024 no país vizinho frustram parte dos objetivos de política externa que Lula 3 buscava atingir. E mostram que uma saída para a complexa crise na qual a Venezuela se encontra hoje talvez seja mais difícil pela via diplomática do que o pensado anteriormente.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, Jared; MCCARTHY, Michael. Grassroots participation in defense of dictatorship: Venezuela’s communal councils and the future of participatory democracy in Latin America. *The Fletcher Forum of World Affairs*, 43, 2, pp: 95-116, 2019.

- AGÊNCIA BRASIL. **Venezuela critica comunicado do Itamaraty sobre eleições**. 26 Mar. 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-03/venezuela-reclama-de-comunicado-do-itamaraty-sobre-eleicoes>>. Acesso em: 26/05/2024.
- AGÊNCIA SENADO. **Aécio Neves defende viagem de comitiva de senadores brasileiros à Venezuela**. Redação e da Rádio Senado, 23 Jun. 2007. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/06/23/aecio-neves-defendeu-as-razoes-da-viagem-da-comitiva-de-senadores-brasileiros-a-venezuela>>. Acesso em: 04/05/2024.
- AGÊNCIA SENADO. **Senadores reagem às novas críticas de Hugo Chávez ao Congresso**. Redação, 21 Set. 2007. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2007/09/21/senadores-reagem-as-novas-criticas-de-hugo-chavez-ao-congresso>>. Acesso em: 04/05/2024.
- ASSEMBLEA NACIONAL. **Diputado Jorge Rodríguez: Vente Venezuela jamás se inscribió ante el CNE**. Nota, Mar. 2024. Disponível em: <<https://www.asambleanacional.gob.ve/noticias/diputado-jorge-rodriguez-vente-venezuela-jamas-se-inscribio-ante-el-cne>>. Acesso em: 26/05/2024.
- AVRITZER, Leonardo; RENNO, Lucio. The Pandemic and the Crisis of Democracy in Brazil. *Journal of Politics in Latin America*, v. 13, n. 3, pp. 442-457, 2021.
- BARBOSA, Rafael. Eleição de 2022 é a mais polarizada desde a redemocratização. *Poder 360*, 02 Ago. 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/eleicoes/eleicao-de-2022-e-a-mais-polarizada-desde-a-redemocratizacao/>>. Acesso em: 26/05/2024.
- BARROS, Pedro S. et al. **Brasil-Venezuela: evolução das relações bilaterais e Implicações da crise venezuelana para a inserção regional brasileira (1999-2021)**. Texto para discussão 2761. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Abr. 2022.
- BRASIL. Declaração do Grupo de Lima – Brasília, 8 de novembro de 2019. **Ministério das Relações Exteriores**, Nota à Imprensa Nº 282/2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/declaracao-do-grupo-de-lima-brasilia-8-de-novembro-de-2019>. Acesso em 04/05/2024.
- BRASIL. Processo eleitoral na Venezuela. **Ministério das Relações Exteriores**. Nota à Imprensa Nº 134/ 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/processo-eleitoral-na-venezuela>. Acesso em: 26/05/2024.
- BRASIL. Entrevista do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em ocasião da reunião com presidentes dos países da América do Sul. **Planalto, Presidência da República**. 31/05/2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/entrevistas/entrevista-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-ocasio-da-reuniao-com-presidentes-dos-paises-da-america-do-sul>>. Acesso em 04/05/2023.
- CASARÕES, Guilherme. Desafios da política externa do terceiro mandato de Lula. *Interesse nacional* [online], v. 61, 2023. Disponível em: <<https://interessenacional.com.br/desafios-da-politica-externa-do-terceiro-mandato-de-lula/>>. Acesso em 04/05/2024.
- CERVO, Amado L. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- COLETTA, Ricardo Della. Governo Lula avisou chavistas que reagiria a bloqueio eleitoral de opositora na Venezuela. *Folha de S.Paulo*, 27 Mar. 2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/03/governo-lula-avisou-chavistas-que-reagiria-a-bloqueio-eleitoral-de-opositora-na-venezuela.shtml>>. Acesso em: 26/05/2024.
- CORRALES, Javier. Democratic Backsliding through Electoral Irregularities: The Case of Venezuela. *European Review of Latin American and Caribbean Studies / Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y Del Caribe*, n. 109, pp.41–65, 2020.
- CORREA, Paulo G. P.; SILVA, Ivan H. de M. América do Sul no governo Bolsonaro (2019-2022). *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, São Carlos, v. 32, n. 3, 2023.
- CUNHA, Marcella. Amorim diz que Brasil não reconhecerá resultado das eleições na Venezuela se atas eleitorais não forem divulgadas. *Rádio Senado*. 15 Ago. 2024. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2024/08/15/amorim-diz-que-brasil-nao-reconhecera-resultado-das-eleicoes-na-venezuela-se-atas-eleitorais-nao-forem-divulgadas>> . Acesso em: 12/09/2024.
- EL NACIONAL. **Vuelve la tarjeta de la MUD: Plataforma Unitaria anuncia que participará en las elecciones del 21N**. Política. 31 Ago. 2021. Disponível em: <<https://www.elnacional.com/venezuela/vuelve-la-tarjeta-de-la-mud-plataforma-unitaria-anuncia-que-participara-en-las-elecciones-del-21n/>>. Acesso em 30/05/2024.
- ESTADO DE MINAS. **Genial/Quaest: 10% veem encontro de Lula com Maduro como ‘mais negativo’**. Política. 21 Jun. 2023. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/06/21/interna_politica,1510130/genial-quaest-10-veem-encontro-de-lula-com-maduro-como-mais-negativo.shtml#google_vignette>. Acesso em: 26/05/2024.
- FOLHA DE S.PAULO. **De ‘narrativa’ a ‘conceito relativo’ de democracia, Lula defendeu regime da Venezuela por anos**. 27 Mar. 2024, Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/03/de-narrativa-a-conceito-relativo-de-democracia-lula-defendeu-regime-da-venezuela-por-anos.shtml>>. Acesso em: 26/05/2024.

- FOLHA DE S.PAULO. **Limites de Chávez**. Editorial. Opinião. 17 Set. 2009, p.2. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm>>. Acesso em: 26/05/2024.
- FORO DE SÃO PAULO. Sobre o Foro de São Paulo. Princípios. **Foro de São Paulo 2020**. Disponível em: <<https://forodesaopaulo.org/principios/>>. Acesso em 18/09/2024.
- FRENKEL, Alejandro; BARCELÓ, Nastasia. El tercer Lula y el retorno de América del Sur en la identidad internacional de Brasil. **Conjuntura Austral**, n. 14, v. 68, p. 24-39, 2023.
- GOMBATA, Marsílea. **The Evolution of a Hybrid Regime in Chavista Venezuela: Between Democracy and Authoritarianism**. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, São Paulo, 2020.
- GOMBATA, Marsílea; CAMERON, Maxwell A. Endogenous hybridity: regime change in Venezuela (1998-2020). **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v. 47, 2021, pp. 1-20.
- GOMBATA, Marsílea. Medo marca votação para Constituinte na Venezuela. **Valor Econômico**, 31 Jul. 2017. Disponível em: <<https://valor.globo.com/mundo/noticia/2017/07/31/medo-marca-votacao-para-constituente-na-venezuela.ghtml>>. Acesso em: 26/05/2024
- GOMBATA, Marsílea. Reação de Maduro à nota do Itamaraty é recado ao Brasil, diz especialista. **Valor Econômico**, 27 Mar. 2024. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/03/27/reao-de-maduro-nota-do-itamaraty-recado-ao-brasil-diz-especialista.ghtml>>. Acesso em: 29/05/2024.
- HAGGARD, Stephan; KAUFMAN, Robert. The Anatomy of Democratic Backsliding. **Journal of Democracy**, v. 32, n. 4, Oct. 2021, pp. 24-41.
- JAEGER, Bruna C. **A Política Externa do Governo Dilma Rousseff para a América do Sul (2011-2015): o fim do paradigma logístico?** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, 2016.
- JIMENEZ, Carla. Maduro expulsa embaixador brasileiro da Venezuela e Brasil fala em “reciprocidade”. **El País, Internacional**. São Paulo, 24 Dez. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/23/internacional/1514056379_928452.html>. Acesso em 04/05/2024.
- LATINOBARÔMETRO. La Imagen de Hugo Chávez (1995-2011). **Latinobarómetro 1995-2011**, 2011. Disponível em: <<https://www.latinobarometro.org/>>. Acesso em: 04/05/2024.
- LIMA, Maria R. S. Relações interamericanas: a nova agenda sul-americana e o Brasil. **Lua Nova**, n. 90, 2013, pp. 167-201.
- LIMA, Maria R. S.; IVES, Diogo. Líder global ou chefe de Estado? O dilema de Lula na condução de uma política externa transversal. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 28 Fev. 2024. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/dilema-lula-politica-externa-transversal/>>. Acesso em 04/05/2024.
- LOPES, Dawisson B. A diplomacia de macacão: a classe operária vai ao Itamaraty. **Insight Inteligência**, Ano XV, Edição 60, Jan./Fev./Mar. 2013, pp. 136-148.
- LOPES, Dawisson B. A política exterior do ano inaugural do governo Lula III. **CEBRI-Revista**, Seção Especial, Ano 3, n. 9, Jan./Mar. 2024, pp. 80-102.
- LOPES, Dawisson B.; FARIA, Carlos A. P. de. Eleições presidenciais e política externa brasileira. **Estudos Internacionais**, v. 2., n. 2, jul.-dez. 2014, p. 139-148.
- MAISSONAVE, Fabiano. Congresso brasileiro é papagaio, diz Chávez. **Folha de São Paulo, Mundo**, 01 junho 2007. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0106200707.htm>>. Acesso em 04/05/2024.
- MCCOY, Jennifer; SOMER, Murat. Toward a theory of pernicious polarization and how it harms democracies: Comparative evidence and possible remedies. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, jan/ 2019.
- MIRANDA, Samir P. A “nova política externa brasileira” de Temer para a América do Sul. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 10, n. 51, jul./set. 2019, pp. 126-138.
- MOLITERNO, Danilo. Ex-chanceler Celso Amorim é nomeado para chefiar assessoria especial do governo Lula. **CNN Brasil**, 05 Jan. 2023. Acesso em 03 Maio 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ex-chanceler-celso-amorim-e-nomeado-para-chefiar-assessoria-especial-do-governo-lula/>>.
- MOREIRA, Gabriel B. **A política regional da Venezuela entre 1999 e 2012**. Petróleo, integração e relações com o Brasil. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2018.
- NASCIMENTO, Jefferson L. M. **Neogolpismo no Brasil e na Venezuela: uma análise comparativa das correlações de “ameaças” e “escudos” dos governos de Dilma Rousseff e de Nicolás Maduro**. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Rio de Janeiro, 2021.
- NERY, Tiago. A ruptura na política externa brasileira e suas dimensões doméstica e geopolítica: subordinação internacional, fragmentação regional e resposta à pandemia. **Revista Princípios**, n. 160, Nov./2020-Fev./2021, pp. 88-111.

- PEDROSO, Carolina S. As relações Brasil-Venezuela: entre a rivalidade e a cooperação. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v.4. n. 7, Jan.-Jun., 2015, pp. 143-164.
- PRETO, Alessandra Falcão. **O conceito de diplomacia presidencial: o papel da presidência da república na formulação de política externa**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, São Paulo, 2006.
- RINGE, Nils; RENNO, Lucio (Ed.). **Populists and the Pandemic. How populists around the world responded to Covid-19**. London: Routledge, 2022, v. 1, 320p
- ROSSI, Marina. Como o Brasil se tornou irrelevante na mediação da crise na Venezuela. **El País**, São Paulo, 18 Jul. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/10/politica/1499709178_300938.html#?rel=mas>. Acesso em 04/05/2024.
- SARAIVA, Miriam G. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: Perspectivas Futuras? **Relações Internacionais**, Dez. 2014, pp. 25-35.
- SILVA, Douglas R. O Avião com Pouco Combustível: A Diplomacia de Dilma Rousseff na América do Sul (2011-2016). **Cadernos de Relações Internacionais / PUC-Rio**, Rio de Janeiro, v. 2, Nov. 2020, pp. 89-111.
- SONG, Zijia; YAPUR, Nicolle. Venezuela quer renegociar sua dívida, inclusive com o Brasil. **Bloomberg; Valor Econômico**, 24 Abr. 2024. Disponível em: <<https://valor.globo.com/mundo/noticia/2024/04/24/inadimplente-em-us-154-bilhoes-venezuela-se-mostra-disposta-a-reestruturar-divida.ghml>>. Acesso em 29/05/2024.
- TADDEO, Luciana. Maria Corina Machado responde a Lula: “Eu chorando? O senhor diz porque sou mulher?”. **CNN Brasil**, 06 Mar. 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/maria-corina-machado-responde-a-lula-eu-chorando-o-senhor-diz-porque-sou-mulher/>>. Acesso em: 26/05/2024.
- UN Panel of Experts – Venezuelan Presidential Elections 28 July 2024. “Interim Report.” Secretariat of the United Nations, (August 14, 2024). Disponível em: <https://news.un.org/en/sites/news.un.org/en/files/atoms/files/Interim_Report_PoE_Venezuela_090824.pdf>. Acesso em: 10/09/2024.
- VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.
- VIGEVANI, Tullo et al. Relação entre política doméstica e integração regional: uma interpretação do Brasil no governo Lula da Silva. In: AYERBE, Luis F. (Org.) **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul**. São Paulo: Editora UNESP, 2008, pp. 83-116.
- WATANABE, Tatiane A. **A deterioração das relações diplomáticas entre Brasil e Venezuela nos governos Temer e Bolsonaro (Maio 2016-2019)**. 8º Encontro da ABRI [anais eletrônicos], Virtual, 27 a 30 de Julho de 2021.